

Gestão 2022-2024

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional
Paulo César Zeni
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Legislativo
Romão Avila Milhan Junior
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Renzo Siufi
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Camila Augusta Calarge Doreto
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sergio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cesar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sergio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Avila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Junior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 12 às 19 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão

e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: caodh@mpms.mp.br

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 2456/2023-PGJ, DE 19.5.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “h” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Prorrogar, até 31.10.2023, os efeitos da Portaria nº 1781/2021-PGJ, de 25.5.2021, que indicou ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça William Marra Silva Junior, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 17ª Zona Eleitoral.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2457/2023-PGJ, DE 19.5.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Regina Dornte Broch para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 8ª Vara do Juizado Especial – Justiça Itinerante – Unidade 1 (1) da comarca de Campo Grande, pelo período de 1 (um) ano, a partir de 20.6.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2458/2023-PGJ, DE 19.5.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Cristiane Mourão Leal Santos, Assessora Especial do Procurador-Geral de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Centro de Pesquisa, Análise, Difusão e Segurança da Informação, CI, do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul no dia 19.5.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Ricardo de Melo Alves.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2459/2023-PGJ, DE 19.5.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Cristiane Mourão Leal Santos, Assessora Especial do Procurador-Geral de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Coordenação das Atividades de Segurança Institucional no dia 19.5.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Ricardo de Melo Alves.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2460/2023-PGJ, DE 19.5.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Cristiane Mourão Leal Santos, Assessora Especial do Procurador-Geral de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Assessoria Especial do Procurador-Geral de Justiça 1, Assep 1, no dia 18.5.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2213/2023-PGJ, DE 8.5.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 7 (sete) dias de férias compensatórias ao Promotor de Justiça Fernando Jorge Manvailer Esgaib, que seriam usufruídos no período de 17 a 23.4.2023, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 284, de 11 de novembro de 2021 (PGA nº 09.2023.00004343-1).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2461/2023-PGJ, DE 19.5.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Ana Cristina Carneiro Dias, Assessora Especial do Procurador-Geral de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Supervisão de Planejamento e Gestão Estratégica no dia 18.5.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2462/2023-PGJ, DE 19.5.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Juliana Martins Zaupa para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 3ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí no período de 24.5 a 2.6.2023, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Leticia Rossana Pereira Ferreira Berto de Almada; e tornar sem efeito a Portaria nº 2038/2023-PGJ, de 25.4.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2463/2023-PGJ, DE 19.5.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Juliana Martins Zaupa para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Supervisão das Promotorias de Justiça de Naviraí no período de 24.5 a 2.6.2023, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Leticia Rossana Pereira Ferreira Berto de Almada.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2464/2023-PGJ, DE 19.5.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Paulo da Graça Riquelme de Macedo Junior para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 1ª Promotoria de Justiça e pelo Juizado Especial Adjunto da comarca de Mundo Novo no dia 24.5.2023, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Lenize Martins Lunardi Pedreira.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2232/2023-PGJ, DE 8.5.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 23 (vinte e três) dias de férias compensatórias ao Promotor de Justiça George Zarour Cezar, que seriam usufruídos no período de 17.4 a 9.5.2023, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 284, de 11 de novembro de 2021 (PGA nº 09.2023.00004153-3).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2480/2023-PGJ, DE 22.5.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 4750/2022-PGJ, de 23.9.2022, que concedeu à Promotora de Justiça Cristiane Amaral Cavalcante 5 (cinco) dias de compensação de plantão, que seriam usufruídos no período de 12 a 16.6.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2468/2023-PGJ, DE 19.5.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 30 (trinta) dias de compensação de plantão ao Promotor de Justiça Ricardo de Melo Alves, que seriam usufruídos nos períodos de 20 a 30.3 e 3 a 21.4.2023, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 284, de 11 de novembro de 2021 (PGA nº 09.2023.00002493-4).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2467/2023-PGJ, DE 19.5.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Paulo da Graça Riquelme de Macedo Junior 1 (um) dia de férias compensatórias no dia 15.5.2023, referente ao feriado forense de 20.12.2009 a 6.1.2010, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 284, de 11 de novembro de 2021; e tornar sem efeito a Portaria nº 2326/2023-PGJ, de 12.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2479/2023-PGJ, DE 22.5.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 2149/2023-PGJ, de 3.5.2023, na parte que concedeu à Promotora de Justiça Mariana Sleiman Gomes 2 (dois) dias de compensação de plantão que seriam usufruídos nos dias 17 e 18.7.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2429/2023-PGJ, DE 19.5.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Luiz Gustavo Camacho Terçariol 2 (dois) dias de compensação nos dias 25 e 26.5.2023, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada no período de 3 a 8.11.2021, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 2214/2023-PGJ, DE 8.5.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 19 (dezenove) dias de férias compensatórias ao Promotor de Justiça Matheus Macedo Cartapatti, que seriam usufruídos no período de 24.4 a 12.5.2023, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 284, de 11 de novembro de 2021 (PGA nº 09.2023.00004342-0).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 2465/2023-PGJ, DE 19.5.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Luiz Gustavo Camacho Terçariol 3 (três) dias de férias remanescentes, referentes ao período aquisitivo 2017/2018, a serem usufruídos no período de 29 a 31.5.2023, nos termos dos artigos 139, inciso I, 140 e 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 284, de 11 de novembro de 2021.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 2478/2023-PGJ, DE 22.5.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Isabelle Albuquerque dos Santos Rizzo para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 1ª Promotoria de Justiça e pelo Juizado Especial Adjunto da comarca de Rio Verde de Mato Grosso no período de 10 a 29.5.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Matheus Carim Bucker.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 2427/2023-PGJ, DE 19.5.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa 1 (um) dia de férias compensatórias no dia 18.5.2023, referente ao feriado forense de 20.12.2022 a 6.1.2023, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 284, de 11 de novembro de 2021.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 2481/2023-PGJ, DE 22.5.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Daniel Higa de Oliveira para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Promotoria de Justiça e pelo Juizado Especial Adjunto da comarca de Rio Negro no período de 10 a 29.5.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Matheus Carim Bucker.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 2426/2023-PGJ, DE 19.5.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Helen Neves Dutra da Silva 2 (dois) dias de compensação nos dias 24 e 25.8.2023, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada no período de 30.8 a 8.9.2021, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 2415/2023-PGJ, DE 19.5.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Fernando Jamusse 3 (três) dias de compensação no período de 29 a 31.5.2023, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada nos períodos de 20 a 27.6 e 22 a 29.8.2022, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 2431/2023-PGJ, DE 19.5.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Leticia Rossana Pereira Ferreira Berto de Almada 1 (um) dia de férias compensatórias no dia 24.5.2023, referente ao recesso forense de 22 a 31.12.2003, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 284, de 11 de novembro de 2021.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2482/2023-PGJ, DE 22.5.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “h”, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral a Promotora de Justiça Isabelle Albuquerque dos Santos Rizzo, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 21ª Zona Eleitoral no período de 10 a 29.5.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Matheus Carim Bucker.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2430/2023-PGJ, DE 19.5.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Lenize Martins Lunardi Pedreira 1 (um) dia de compensação no dia 24.5.2023, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada no dia 30.7.2022, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2215/2023-PGJ, DE 8.5.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 15 (quinze) dias de férias compensatórias ao Promotor de Justiça Moisés Casarotto, que seriam usufruídos no período de 17 a 31.5.2023, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 284, de 11 de novembro de 2021 (PGA nº 09.2023.00004278-7).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2483/2023-PGJ, DE 22.5.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Paula da Silva Volpe para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da 1ª Vara do Juizado Especial Central (1) da comarca de Campo Grande no dia 18.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2477/2023-PGJ, DE 22.5.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, à Promotora de Justiça Isabelle Albuquerque dos Santos Rizzo 3 (três) meses de licença-prêmio por assiduidade, referente ao quinquênio de 14.4.2018 a 13.4.2023, nos termos dos artigos 139, inciso XII, e 160 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2023.00004785-0).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2439/2023-PGJ, DE 19.5.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “P” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Fernando Jorge Manvailer Esgaib para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 9ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande no período de 3 a 7.6.2023, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Emy Louise Souza de Almeida Albertini.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2440/2023-PGJ, DE 19.5.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Camila Augusta Calarge Doreto, atualmente exercendo a função de Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Secretaria-Geral nos dias 22 e 23.6.2023, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Bianka Karina Barros da Costa.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2476/2023-PGJ, DE 22.5.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, à Promotora de Justiça Cristiane Mourão Leal Santos 3 (três) meses de licença-prêmio por assiduidade, referente ao quinquênio de 11.5.2018 a 10.5.2023, nos termos dos artigos 139, inciso XII, e 160 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2023.00005046-5).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2441/2023-PGJ, DE 19.5.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Silvio Amaral Nogueira de Lima para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 62ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande no dia 7.6.2023, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Candy Hiroki Cruz Marques Moreira.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2442/2023-PGJ, DE 19.5.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Ricardo Benito Crepaldi para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 64ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande no período de 29.6 a 12.7.2023, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Cristiane Amaral Cavalcante.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2207/2023-PGJ, DE 8.5.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 30 (trinta) dias de férias compensatórias ao Promotor de Justiça Paulo César Zeni, que seriam usufruídos no período de 2 a 31.5.2023, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 284, de 11 de novembro de 2021 (PGA nº 09.2023.00004402-0).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2443/2023-PGJ, DE 19.5.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Plínio Alessi Junior para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Assessoria Especial do Corregedor-Geral do Ministério Público 4, ASCG 4, no período de 29.6 a 12.7.2023, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Cristiane Amaral Cavalcante.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2444/2023-PGJ, DE 19.5.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Jiskia Sandri Trentin para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 73ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande no período de 5 a 16.6.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Julio Bilemjian Ribeiro.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2445/2023-PGJ, DE 19.5.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Douglas Oldegardo Cavalheiro dos Santos para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Grupo de Atuação Especial de Controle Externo da Atividade Policial, Gacep, no período de 14.6 a 3.7.2023, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Luciana Moreira Schenk.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2446/2023-PGJ, DE 19.5.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Andréia Cristina Peres da Silva para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 34ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande nos dias 6 e 7.6.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Luiz Antônio Freitas de Almeida.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2229/2023-PGJ, DE 8.5.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 30 (trinta) dias de férias compensatórias à Procuradora de Justiça Nilza Gomes da Silva, que seriam usufruídos no período de 18.4 a 17.5.2023, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 284, de 11 de novembro de 2021 (PGA nº 09.2023.00004162-2).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 2436/2023-PGJ, DE 19.5.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “f”, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Bolivar Luis da Costa Vieira para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a sessão plenária do Tribunal do Júri da comarca de Paranaíba, no julgamento dos Autos nº 0003774-52.2015.8.12.0018, no dia 4.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 2435/2023-PGJ, DE 19.5.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Bolivar Luis da Costa Vieira para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da 3ª Vara do Juizado Especial Central (1) da comarca de Campo Grande no dia 18.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 2434/2023-PGJ, DE 19.5.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Gustavo Henrique Bertocco de Souza para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da 2ª Vara da comarca de Mundo Novo no dia 16.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 2433/2023-PGJ, DE 19.5.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Fernando Marcelo Peixoto Lanza 8 (oito) dias de licença por luto, no período de 25.4 a 2.5.2023, em razão do falecimento de sua cônjuge, nos termos do artigo 156 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2217/2023-PGJ, DE 8.5.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 30 (trinta) dias de férias compensatórias ao Procurador de Justiça Paulo Cezar dos Passos, que seriam usufruídos no período de 20.4 a 19.5.2023, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 284, de 11 de novembro de 2021 (PGA nº 09.2023.00004274-3).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2432/2023-PGJ, DE 19.5.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Isabelle Albuquerque dos Santos Rizzo para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da comarca de Sonora no dia 23.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2410/2023-PGJ, DE 19.5.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Cíntia Giselle Gonçalves Latorraca para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da Vara Única da comarca de Ribas do Rio Pardo no dia 17.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2412/2023-PGJ, DE 19.5.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “f”, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Moisés Casarotto para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a sessão plenária do Tribunal do Júri da comarca de Ribas do Rio Pardo, no julgamento dos Autos nº 0000132-70.2013.8.12.0041, no dia 16.6.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 2451/2023-PGJ, DE 19.5.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Andre Luiz de Godoy Marques para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Promotoria de Justiça e pelo Juizado Especial da comarca de Sete Quedas nos dias 12, 13 e 16.6.2023, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Mayara Santos de Sousa.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 2452/2023-PGJ, DE 19.5.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “h”, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça William Marra Silva Junior, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 20ª Zona Eleitoral nos dias 12, 13 e 16.6.2023, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Mayara Santos de Sousa.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 2218/2023-PGJ, DE 8.5.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 30 (trinta) dias de férias compensatórias ao Promotor de Justiça Ricardo Benito Crepaldi, que seriam usufruídos no período de 2 a 31.5.2023, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 284, de 11 de novembro de 2021 (PGA nº 09.2023.00004273-2).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 2453/2023-PGJ, DE 19.5.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Alexandre Estuqui Junior para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Promotoria de Justiça e pelo Juizado Especial Adjunto da comarca de Bela Vista no período de 5 a 7.6.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça William Marra Silva Junior.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2454/2023-PGJ, DE 19.5.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Mayara Santos de Sousa para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Promotoria de Justiça e pelo Juizado Especial Adjunto da comarca de Porto Murtinho no período de 5 a 7.6.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça William Marra Silva Junior.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2455/2023-PGJ, DE 19.5.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “h”, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Alexandre Estuqui Junior, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 17ª Zona Eleitoral no período de 5 a 7.6.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça William Marra Silva Junior.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2437/2023-PGJ, DE 19.5.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça José Luiz Rodrigues para, sem prejuízo de suas funções, atuar na audiência dos Autos nº 0910109-35.2023.8.12.0001, em trâmite na 6ª Vara de Família e Sucessões, no dia 30.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2276/2023-PGJ, DE 10.5.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 30 (trinta) dias de férias compensatórias ao Promotor de Justiça Allan Thiago Barbosa Arakaki, que seriam usufruídos nos períodos de 20 a 30.4 e 17.5 a 4.6.2023, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 284, de 11 de novembro de 2021 (PGA nº 09.2023.00004397-5).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 2400/2023-PGJ, DE 18.5.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Regina Dornte Broch para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 22ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande no período de 14 a 16.6.2023, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Marjorie Oliveira Zanchetta de Azambuja.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2401/2023-PGJ, DE 18.5.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Andréia Cristina Peres da Silva para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Supervisão das Promotorias de Justiça Especializadas da comarca de Campo Grande no período de 14 a 16.6.2023, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Marjorie Oliveira Zanchetta de Azambuja.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2402/2023-PGJ, DE 18.5.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Pedro Arthur de Figueiredo para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 12ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande no período de 14 a 16.6.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Rodrigo Yshida Brandão.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2428/2023-PGJ, DE 19.5.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Procurador de Justiça Rodrigo Jacobina Stephanini 2 (dois) dias de compensação nos dias 25 e 26.5.2023, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada no período de 17 a 24.1.2022, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2418/2023-PGJ, DE 19.5.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Antenor Ferreira de Rezende Neto 1 (um) dia de compensação no dia 19.5.2023, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada no dia 23.1.2023, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2403/2023-PGJ, DE 18.5.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Wilson Canci Junior para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 28ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande no período de 14 a 16.6.2023, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Simone Almada Goes.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2404/2023-PGJ, DE 18.5.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Paulo César Zeni, atualmente exercendo a função de Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 44ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande no período de 14 a 28.6.2023, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Cristiane Barreto Nogueira.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2419/2023-PGJ, DE 19.5.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Antenor Ferreira de Rezende Neto 1 (um) dia de férias compensatórias no dia 22.5.2023, referente ao feriado forense de 20.12.2006 a 6.1.2007, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 284, de 11 de novembro de 2021.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 2425/2023-PGJ, DE 19.5.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Érica Rocha Espindola 2 (dois) dias de compensação nos dias 9 e 10.10.2023, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada nos períodos de 22 a 29.6.2020 e 23 a 30.8.2021, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 2405/2023-PGJ, DE 18.5.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “h” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Celso Antonio Botelho de Carvalho, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 53ª Zona Eleitoral no período de 14 a 28.6.2023, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Cristiane Barreto Nogueira.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 2408/2023-PGJ, DE 18.5.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Humberto Lapa Ferri para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 49ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande no dia 7.6.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Gevair Ferreira Lima Junior.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 2409/2023-PGJ, DE 18.5.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Kristiam Gomes Simões para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 8ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande no dia 7.6.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça José Luiz Rodrigues.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2424/2023-PGJ, DE 19.5.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça José Luiz Rodrigues 5 (cinco) dias de compensação no período de 17 a 21.6.2023, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada nos períodos de 2 a 9.5 e 4 a 11.7.2022, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2423/2023-PGJ, DE 19.5.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça José Luiz Rodrigues 1 (um) dia de compensação no dia 7.6.2023, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada no período de 2 a 9.5.2022, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2422/2023-PGJ, DE 19.5.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Ricardo de Melo Alves 1 (um) dia de compensação no dia 19.5.2023, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada no período de 17 a 19.12.2021, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2421/2023-PGJ, DE 19.5.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Regina Dornte Broch 3 (três) dias de compensação no período de 13 a 15.9.2023, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada no período de 14 a 21.2.2022, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 2420/2023-PGJ, DE 19.5.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar n° 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça William Marra Silva Junior 3 (três) dias de compensação no período de 5 a 7.6.2023, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada no período de 8 a 12.10.2022, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução n° 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 2417/2023-PGJ, DE 19.5.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar n° 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Gevair Ferreira Lima Junior 1 (um) dia de compensação no dia 7.6.2023, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada no período de 1º a 8.8.2022, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução n° 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 2416/2023-PGJ, DE 19.5.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar n° 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Fabio Ianni Goldfinger 5 (cinco) dias de compensação no período de 17 a 21.7.2023, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada nos períodos de 20 a 27.6 e 25.7 a 1º.8.2022, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução n° 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 2447/2023-PGJ, DE 19.5.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar n° 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Andréia Cristina Peres da Silva para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 34ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande no período de 18 a 20.4.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Luiz Antônio Freitas de Almeida.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2448/2023-PGJ, DE 19.5.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Alexandre Rosa Luz para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Rio Brilhante no dia 12.6.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Jorge Ferreira Neto Júnior.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2449/2023-PGJ, DE 19.5.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “h”, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Alexandre Rosa Luz, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 11ª Zona Eleitoral no dia 12.6.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Jorge Ferreira Neto Júnior.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2450/2023-PGJ, DE 19.5.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Paulo da Graça Riquelme de Macedo Junior para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 1ª Promotoria de Justiça e pelo Juizado Especial Adjunto da comarca de Mundo Novo no período de 26.6 a 5.7.2023, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Lenize Martins Lunardi Pedreira.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2474/2023-PGJ, DE 22.5.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais da Nota de Empenho nº 2023NE002184, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora – Renata Caroline Pereira de Macedo, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 1.1) Suplente – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 2) Fiscal Administrativa – Luana Rotta Vollkopf Curto, Chefe de Núcleo de Apoio Administrativo; 2.1) Suplente – Léa Catarina Iunes Garcia, Técnica I; 3) Fiscal Técnico – Paulo Matias Guimarães, Técnico II; 3.1) Suplente – Ezequiel Joaquim da Costa, Técnico I (PGA nº 09.2023.00004734-9).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2475/2023-PGJ, DE 22.5.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 2357/2023-PGJ, de 16.5.2023, de forma que, onde consta: “gestores e fiscais da Nota de Empenho nº 2023NE002126”, passe a constar: “gestores e fiscais das Notas de Empenho nº 2023NE002125 e 2023NE002126” (PGA nº 09.2023.00004739-3).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

CONSELHO SUPERIOR**DELIBERAÇÕES PROFERIDAS PELO EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, NA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 4 DE ABRIL DE 2023.****7. Ordem do dia:****7.1. Matéria Administrativa:****7.1.1. Julgamento de Processo:****1. Reclamação Disciplinar nº 10.2022.00000094-8 – SIGILOSO**

Relatora: Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, votou pelo desprovidimento do recurso interposto pela reclamante, mantendo-se incólume a decisão proferida pela Corregedoria-Geral do Ministério Público, que determinou o arquivamento desta reclamação disciplinar, nos termos do voto da Relatora, Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui. O Corregedor-Geral do Ministério Público, Silvio Cesar Maluf, se absteve de votar por se tratar de recurso contra ato da Corregedoria.

7.1.2. Remoções:**1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.00001934-2**

Expediente: Aviso nº 01/2023/CSMP, 10.2.2023, publicado no DOMPMS nº 2.837, de 13.2.2023.

Assunto: Remoção, pelo critério de antiguidade, para a 1ª Promotoria de Justiça da comarca Batayporã, segunda entrância.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, indicou o Promotor de Justiça Felipe Almeida Marques à remoção, pelo critério de antiguidade, para a 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Batayporã, segunda entrância.

2. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.00001938-6

Expediente: Aviso nº 02/2023/CSMP, 10.2.2023, publicado no DOMPMS nº 2.837, de 13.2.2023.

Assunto: Remoção, pelo critério de merecimento, para a 3ª Promotoria de Justiça da comarca Aquidauana, segunda entrância.

Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.

Deliberação: Conselho, à unanimidade, indicou ao Procurador-Geral de Justiça o nome do Promotor de Justiça João Meneghini Girelli para figurar na primeira vaga da lista tríplice para remoção pelo critério de merecimento para a 3ª Promotoria de Justiça da comarca de Aquidauana, segunda entrância; para compor a segunda vaga da lista tríplice, indicou o nome do Promotor de Justiça William Marra Silva Junior; e para integrar a terceira vaga, o nome da Promotora de Justiça Lenize Martins Lunardi Pedreira, nos termos do voto da Relatora, Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.

3. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.00001939-7

Expediente: Aviso nº 03/2023/CSMP, 10.2.2023, publicado no DOMPMS nº 2.837, de 13.2.2023.



Assunto: Remoção, pelo critério de antiguidade, para a 2ª Promotoria de Justiça da comarca Costa Rica, segunda entrância.

Deliberação: Conselho, à unanimidade, indicou o nome do Promotor de Justiça Guilherme Pereira Diniz Penna para remoção, pelo critério de antiguidade, para a 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Costa Rica, segunda entrância.

4. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.00001955-3

Expediente: Aviso nº 04/2023/CSMP, 10.2.2023, publicado no DOMPMS nº 2.837, de 13.2.2023.

Assunto: Remoção, pelo critério de merecimento, para a 2ª Promotoria de Justiça da comarca Coxim, segunda entrância.

Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.

Deliberação: Conselho, à unanimidade, indicou ao Procurador-Geral de Justiça o nome do Promotor de Justiça William Marra Silva Junior para figurar na primeira vaga da lista tríple para remoção pelo critério de merecimento para a 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim, segunda entrância; para compor a segunda vaga da lista tríple, indicou o nome da Promotora de Justiça Lenize Martins Lunardi Pedreira; e para integrar a terceira vaga, o nome do Promotor de Justiça Marcos André Sant'Ana Cardoso, nos termos do voto da Relatora, Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.

5. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.00001957-5

Expediente: Aviso nº 05/2023/CSMP, 10.2.2023, publicado no DOMPMS nº 2.837, de 13.2.2023.

Assunto: Remoção, pelo critério de antiguidade, para a 1ª Promotoria de Justiça da comarca Aparecida do Taboado, segunda entrância.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, indicou o nome do Promotor de Justiça Matheus Macedo Cartapatti para remoção, pelo critério de antiguidade, para a 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Aparecida do Taboado, segunda entrância.

6. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.00001962-0

Expediente: Aviso nº 06/2023/CSMP, 10.2.2023, publicado no DOMPMS nº 2.837, de 13.2.2023.

Assunto: Remoção, pelo critério de merecimento, para a 1ª Promotoria de Justiça da comarca Cassilândia, segunda entrância.

Inscritos: Promotores de Justiça João Meneghini Girelli e Mayara Santos de Sousa.

Relator Conselheiro Adhemar Mombrum de Carvalho Neto.

Julgado deserto o Edital nº 6/2023-CSMP, referente à remoção pelo critério de merecimento para a 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Cassilândia.

7. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.00001965-3

Expediente: Aviso nº 08/2023/CSMP, 10.2.2023, publicado no DOMPMS nº 2.837, de 13.2.2023.

Assunto: Remoção, pelo critério de merecimento, para a 1ª Promotoria de Justiça da comarca Maracaju, segunda entrância.

Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.

Deliberação: Conselho, à unanimidade, indicou ao Procurador-Geral de Justiça o nome do Promotor de Justiça Daniel Pivaro Stadniky para figurar na primeira vaga da lista tríple para remoção pelo critério de merecimento para a 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Maracaju, segunda entrância, para compor a segunda vaga da lista tríple indicou o nome do Promotor de Justiça Luciano Bordignon Conte e para integrar a terceira vaga o nome do Promotor de Justiça Paulo Leonardo de Faria, nos termos do voto da Relatora, Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.

8. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.00001966-4

Expediente: Aviso nº 09/2023/CSMP, 10.2.2023, publicado no DOMPMS nº 2.837, de 13.2.2023.

Assunto: Remoção, pelo critério de antiguidade, para a 2ª Promotoria de Justiça da comarca Maracaju, segunda entrância.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, indicou o nome do Promotor de Justiça Paulo Leonardo de Faria para remoção, pelo critério de antiguidade, para a 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Maracaju, segunda entrância.

Campo Grande, 23 de maio de 2023.

MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO

Procuradora de Justiça

Secretária do Conselho Superior do MP

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO****EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO Nº 2023NE002295 DE 23.05.2023 DO PROCESSO Nº 09.2023.00005352-9**

Unidade Gestora: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Ordenadora de Despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Credor: TY Bortholin Comercial Ltda.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 26/PGJ/2022 - Pregão Eletrônico nº 13/PGJ/2022.

Objeto: Aquisição de material de copa e cozinha para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor: R\$ 1.560,00 (um mil quinhentos e sessenta reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2023NE002295, de 23.05.2023.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/1993.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 24/PGJ/2022, DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/PGJ/2022

Processo: PGA 09.2021.00005742-8

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 07/PGJ/2022

Amparo legal: Artigos 55, XIII e 61, *caput*, ambos da Lei nº 8.666/1993.

Objeto: Modificação unilateral do preâmbulo da Ata de Registro de Preços nº 24/PGJ/2022, visando a alteração do nome empresarial da fornecedora para que passe a constar: **NACIONAL COMÉRCIO DE EMBALAGENS LTDA.**

Data de assinatura: 22 de maio de 2023.

EXTRATO DO PRIMIERO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO ENTRE MPMS E FEITOSA & CIA LTDA.

Processo: 09.2023.00002277-0 - PGJ/10/0922/2021

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral de Justiça, **Alexandre Magno Benites de Lacerda**;

2- **FEITOSA & CIA LTDA.**, representada por, **Luiz Carlos da Silva Feitosa**.

Amparo legal: Artigo 8º, §2º, do Decreto nº 11.261/2003.

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do Convênio, por mais 2 (dois) anos, sem ônus para o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Vigência: 14.07.2023 a 14.07.2025.

Data da assinatura: 22 de maio de 2023.



EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO ENTRE MPMS E FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS.

Processo: 09.2023.00002380-2- PGJ/10/0940/2021

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral de Justiça, **Alexandre Magno Benites de Lacerda**;

2- **FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS**, representada por seu Reitor, **Jones Dari Goetttert**.

Amparo legal: Artigo 8º, §2º, do Decreto nº 11.261/2003.

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do Convênio, por mais 24 (vinte e quatro) meses, sem ônus para o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Vigência: 23.07.2023 a 23.07.2025.

Data da assinatura: 22 de maio de 2023.

EXTRATO DE NOTIFICAÇÃO

Processo de Gestão Administrativa nº 09.2022.00009653-6

Notificada: RRA Comercio Eletro-Fonia LTDA

RRA COMERCIO ELETRO-FONIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 44.307.153/0001-51, sediada na Est dos Bandeirantes, nº 14.797, casa 17, Vargem Pequena, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, representada neste ato por Hugo Leonardo Pedro dos Santos, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº 026xxxxxx04 DETRAN/RJ e do CPF nº 083.xxx.xxx-10, fica notificada da aplicação da sanção de multa moratória 10% (dez por cento) sobre o valor total empenhado (item 9.1.2., da cláusula nona, da Ata de Registro de Preços nº 39/PGJ/2022). A empresa poderá recorrer no prazo de 5 (cinco) dias úteis (artigo 109, inciso I, alínea “f”, e §§ 1º e 4º, da Lei Federal nº 8.666/93). A empresa deverá adimplir o valor total da multa de R\$ 44,20 (quarenta e quatro reais e vinte centavos) no prazo de 15 (quinze) dias corridos, sob pena de inscrição em dívida ativa e cobrança judicial, na seguinte conta bancária: (001) Banco do Brasil; Agência 2576-3; Conta Corrente 50.120-4; CNPJ 03.464.870/0001-00 – Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público; preenchendo-se o campo nº 2 de identificação com o CNPJ da empresa e o campo nº 3 com o nome da empresa. Não havendo recurso ou pagamento voluntário da multa será providenciada a inscrição da penalidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), com respaldo na Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018. Havendo interesse na obtenção de cópia reprográfica ou digital do processo administrativo vinculado ao instrumento contratual, deverão ser atendidas as disposições da Ordem de Serviço nº 01/2022-PGJ, de 21 de fevereiro de 2022, disponível em <https://www.mpms.mp.br/atos-e-normas/download/61147>. Os autos terão continuidade independentemente do comparecimento ou manifestação da Contratada, assegurando-se o contraditório e ampla defesa. Eventuais dúvidas poderão ser dirimidas na Secretaria de Administração do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, com sede na Procuradoria-Geral de Justiça, Rua Presidente Manuel de Campos Salles, 214, Bairro Jardim Veraneio, Campo Grande/MS, telefone (67) 3318-5588, no horário de expediente das 12h às 19h. Nada mais.

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**

COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL

CAMPO GRANDE

EDITAL N° 0002/2023/30PJ/CGR

A 30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil, que se encontra à disposição na Av. Ricardo Brandão, 232, Itanhangá Park, nesta Capital.

Inquérito Civil nº 06.2022.00001065-8

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Município de Campo Grande, Edvaldo Bitencourt.

Assunto: Apurar eventual irregularidade no pagamento por publicidade ao proprietário do sítio eletrônico "ojacaré.com.br", Edivaldo Bitencourt, pela Prefeitura Municipal de Campo Grande.

Campo Grande, MS, 22 de maio de 2023.

FÁBIO IANNI GOLDFINGER

Promotor de Justiça

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

AQUIDAUANA

EDITAL N.º 016/2023-1ªPJCA

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Aquidauana – MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo n. 09.2023.00005054-3 - 1ªPJCA. O referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>. Contato (67) 2020-9318.

Procedimento Administrativo nº 09.2023.00005054-3 – 1ªPJCA

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Nelson Arruda Fialho e Werlaine Fátima Basso Fialho

Assunto: Acompanhar o TAC firmado nos autos de IC 06.2020.00000745-6

Aquidauana - MS, 22 de maio de 2023.

ANGÉLICA DE ANDRADE ARRUDA

1ª Promotora de Justiça

**EDITAL N.º 017/2023-1ªPJCA**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Aquidauana – MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo n. 09.2023.00005076-5 - 1ªPJCA. O referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>. Contato (67) 2020-9318.

Procedimento Administrativo nº 09.2023.00005076-5 – 1ªPJCA

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Nelson Arruda Fialho e Werlaine Fátima Basso Fialho

Assunto: Acompanhar o TAC firmado nos autos de IC 06.2022.00000548-8

Aquidauana - MS, 22 de maio de 2023.

ANGÉLICA DE ANDRADE ARRUDA

1ª Promotora de Justiça

BATAGUASSU

A PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL DA COMARCA DE BATAGUASSU/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil, abaixo especificado, que se encontra à disposição à Avenida Dias Barroso, 350, nesta Cidade.

Inquérito Civil nº 06.2023.00000354-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Bataguassu/MS

Assunto: Apurar eventuais lesões ao Patrimônio Público municipal decorrente de omissão na gestão das obras de construção do parque aquático municipal, e outras providências.

Bataguassu, 23 de Maio de 2023.

PATRÍCIA ALMIRÃO PADOVAN

Promotora de Justiça

CASSILÂNDIA**EDITAL N.º 0008/2023/01PJ/CLA**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Cassilândia - MS, torna pública a INSTAURAÇÃO do Inquérito Civil Público nº 06.2023.00000440-5, para conhecimento de terceiros interessados no oferecimento de elementos de informação, o qual encontra-se registrado no sistema SAJ/MP, e poderá ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e também encontra-se à disposição de quem possa interessar na Rua Sebastião Martins da Silva, nº 800 – Bairro Alto Izanópolis – Cassilândia-MS.

Inquérito Civil Público nº 06.2023.00000440-5

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: A APURAR

Assunto: Apurar eventuais atos de improbidade administrativa com o pagamento de notas fiscais empenhadas da empresa VIVEIRO TRÊS CORAÇÕES LTDA sem que os serviços tenham sido efetivamente prestados.

Cassilândia-MS, 22 de maio de 2023

LEONARDO DUMONT PALMERSTON

Promotor de Justiça em substituição legal



JARDIM

EDITAL N° 001/2023/01PJ/JIM

EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS

O Promotor de Justiça da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Jardim/MS, faz saber, a quem possa interessar, que a partir do 5º (quinto) dia subsequente à data da publicação deste edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, se não houver oposição, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos n.º 01/2023, nos termos do disposto no artigo 10 da Resolução n.º 017/2022-PGJ, de 19 de abril de 2022. O prazo é de 5 (cinco) dias, contado da publicação no DOMP, para possíveis manifestações ou para possibilitar às partes interessadas requerer, a suas expensas, o desentranhamento de documentos ou cópias de peças de processos ou expedientes, salvo as hipóteses de sigilo previstas em legislação específica.

Jardim, 18 de maio de 2023.

ALLAN CARLOS COBACHO DO PRADO

Promotor de Justiça

LISTA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS N° 001/2023

PROVENIÊNCIA (1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Jardim)		PROCEDÊNCIA (1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Jardim/MS)	
Órgão/Setor: 1ª PJ Jardim		Órgão/Setor: 1ª PJ Jardim	
TIPO DOCUMENTAL	JUSTIFICATIVA DA ELIMINAÇÃO	ANO INICIAL	ANO FINAL
NOME/CONTEÚDO INFORMATIVO			
Classe 200 – Controle de processos recebidos e devolvidos	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução n. 17/2022-PGJ.	2020	2021
Classe 200 – Controle de processos recebidos e devolvidos	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução n. 17/2022-PGJ.	2021	2022
Classe 200 – Ofícios recebidos	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução n. 17/2022-PGJ.	2015/2016	2018
Classe 200 – Ofícios recebidos	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução n. 17/2022-PGJ.	2018	2020
Classe 200 - Estagiários Ensino médio e graduação (folha de frequência, relatório mensal, solicitação de recesso remunerado e outros.	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução n. 17/2022-PGJ.	2015 a 2017	2022
Classe 200 - Estagiários Ensino médio e graduação (folha de frequência, relatório mensal, solicitação de recesso remunerado e outros.	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução n. 17/2022-PGJ.	2021	2022
Classe 200 – Ofícios expedidos	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução n. 17/2022-PGJ.	2020	2022
Classe 200 – Autos de Prisão em Flagrante	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução n. 17/2022-PGJ.	2019	2021
Classe 200 – Inquéritos civis	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução n. 17/2022-PGJ.	2006	2017
Classe 200 – Inquéritos civis	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução n. 17/2022-PGJ.	2009	2020
Classe 200 – Inquéritos civis	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução n. 17/2022-PGJ.	2010	2021
Classe 200 – Inquéritos civis	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução n. 17/2022-PGJ.	2011	2022
Classe 200 – Procedimento preparatório – Arquivado	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução n. 17/2022-PGJ.	2013	2023
Classe 000 – Ofícios recebidos	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução n. 17/2022-PGJ.	2019	2021
Classe 000 – Ofícios expedidos	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução n. 17/2022-PGJ.	2020	2022



	nos termos da Resolução n. 17/2022-PGJ.		
Classe 200 – Manifestações Diversas em processos Judiciais (Razões e contrarrazões de recursos cíveis).	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução n. 17/2022-PGJ.	2015 a 2019	2022
Classe 200 – cópias de relatórios de visita ao Asilo	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução n. 17/2022-PGJ.	2015 a 2019	2022
Classe 200 – Requerimentos Administrativos do PJ	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução n. 17/2022-PGJ.	2014	2015
Classe 200 – Requerimentos Administrativos do PJ	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução n. 17/2022-PGJ.	2017	2018
Classe 200 – Requerimentos Administrativos do PJ	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução n. 17/2022-PGJ.	2018/2019	2020
Classe 200 – Requerimentos Administrativos do PJ	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução n. 17/2022-PGJ.	2020/2021	2022
Classe 200 – Cópias de inicial de ACP do Idoso Cidadania e Consumidor	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução n. 17/2022-PGJ.	2017/2018	2022
Classe 200 - Manifestações diversas em processos Judiciais (Plantão)	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução n. 17/2022-PGJ.	2018	2020
Classe 200 – cópia de mapas carcerários	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução n. 17/2022-PGJ.	2017/2018/2019	2021
Classe 200 – Termos/oitivas e declarações	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução n. 17/2022-PGJ.	2015/2021	2022
Classe 200 – Cópias de petições iniciais cíveis.	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução n. 17/2022-PGJ.	2020	2022
	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução n. 17/2022-PGJ.		
Classe 200 - Documentos Diversos Administrativo	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução n. 17/2022-PGJ.	2019	2020
Classe 200 – Notícias de Fato	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução n. 17/2022-PGJ.	2016	2021
Classe 200 – Notícias de Fato	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução n. 17/2022-PGJ.	2017	2022
Classe 200 – contratos de prestação de serviços	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução n. 17/2022-PGJ.	2017/2020	2022
Classe 200 – prestação de suprimentos de fundos	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução n. 17/2022-PGJ.	2012/2014	2019
Classe 200 – Termo de Ajustamento de Conduta	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução n. 17/2022-PGJ.	2016/2021	2022
Responsável pelo preenchimento: Lúcia Stein Basso – Auxiliar Jardim, 18 de maio de 2023.			

EDITAL Nº 001/2023/02PJ/JIM

EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS

A Promotora de Justiça da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Jardim/MS, faz saber, a quem possa interessar, que a partir do 5º (quinto) dia subsequente à data da publicação deste edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, se não houver oposição, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos n.º 01/2023, nos termos do disposto no artigo 10 da Resolução nº 017/2022-PGJ, de 19 de abril de 2022. O prazo é de 5 (cinco) dias, contado da publicação no DOMP, para possíveis manifestações ou para possibilitar às partes interessadas requerer, a suas expensas, o desentranhamento de documentos ou cópias de peças de processos ou expedientes, salvo as hipóteses de sigilo previstas em legislação específica.

Jardim, 18 de maio de 2023.

LIA PAIM LIMA
Promotora de Justiça



LISTA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 001/2023

PROVENIÊNCIA (2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Jardim)		PROCEDÊNCIA (2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Jardim/MS)	
Órgão/Setor: 2ª PJ Jardim		Órgão/Setor: 2ª PJ Jardim	
TIPO DOCUMENTAL	JUSTIFICATIVA DA ELIMINAÇÃO	ANO INICIAL	ANO FINAL
NOME/CONTEÚDO INFORMATIVO			
Classe 200 Menor infrator – Auto de apuração de ato infracional	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução n. 17/2022-PGJ.	2018	2021
Classe/200 Menor infrator – Auto de apuração de ato infracional	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução n. 17/2022-PGJ.	2019	2022
Classe 200 - Estagiários Ensino médio e graduação (folha de frequência, relatório mensal, solicitação de recesso remunerado e outros.	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução n. 17/2022-PGJ	2013 a 2018	2022
Classe 200 – cópias de relatórios de visita ao Abrigo e cópia de guia de acolhimento da Casa da Garota	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução n. 17/2022-PGJ	2015/2016	2021
Classe 200 – cópias de atos, recomendações, resoluções e ofícios recebidos da Corregedoria Geral do MP (todos arquivados em pastas digitais)	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução n. 17/2022-PGJ	2008/2015	2020
Classe 200 – Documentos Diversos Administrativos - Atas de reuniões diversas	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução n. 17/2022-PGJ	2015/2019	2020
Classe 200 – Documentos Diversos Administrativos (Cópias de portarias de plantão do Juízo)	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução n. 17/2022-PGJ	2009/2015	2020
Classe 200 - Cópias de legislações diversas da PGJ – (pastas digitais)	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução n. 17/2022-PGJ	2008/2015	2020
Classe 200 – Documentos diversos administrativos (requerimentos PJ,	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução n. 17/2022-PGJ	2015/2018	2020
Classe 200 – Menor Infrator – Autos de apreensão em flagrante	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução n. 17/2022-PGJ	2014/2018	2020
Classe 200 – Cópias de autos de prisão em flagrante	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução n. 17/2022-PGJ	2020	2022
Classe 200 – cópias de Inquéritos Civil	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução n. 17/2022-PGJ	2012	2022
Responsável pelo preenchimento: Lúcia Stein Basso – Auxiliar Jardim, 18 de maio de 2023.			

PEDRO GOMES

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE ACOMPANHAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS Nº 09.2023.00005400-6

Objeto: Acompanhar as providências adotadas pelo Município de Pedro Gomes para atendimento às disposições contidas na Lei n. 13.935/2015, que trata sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica.

Ementa: Recomendação destinada ao cumprimento das disposições contidas na Lei 13.925/2019, a qual dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação.

RECOMENDAÇÃO n.º 0001/2023/PJ/PDG

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, pelo Promotor de Justiça, no



exercício das atribuições constitucionais e legais conferidas pelo art. 129, inciso II, da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB/1988); art. 1, da Lei nº 8.625/1993, bem como pela Resolução nº 164/2017 do CNMP, observando-se os limites de suas atribuições, e

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado, cabendo-lhe, dentre outras atribuições constitucionais, a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis das crianças e adolescentes, nos termos do art. 127 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO que a Constituição da República, no seu artigo 227, caput, e a Lei 8.069/90, artigo 4º, estabelecem que devem ser assegurados com absoluta prioridade os direitos fundamentais inerentes à infância e à adolescência, entre eles o direito à educação;

CONSIDERANDO que a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, conforme artigo 205 da Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO que os Municípios são responsáveis por fornecer a educação de base, ou seja: creches (até 3 anos), pré-escolas (educação infantil; 4 e 5 anos) e o ensino fundamental (7 a 14 anos).

CONSIDERANDO que a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente garantem a toda criança e adolescente, com absoluta prioridade, direitos fundamentais, assegurando-lhe primazia em receber proteção e socorro, precedência no atendimento nos serviços públicos, preferência na formulação de políticas e destinação privilegiada de recursos para sua proteção;

CONSIDERANDO que a Lei de nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019, dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica;

CONSIDERANDO que, no artigo 2º da Lei 13.935/2019 consta o seguinte: "Art. 2º Os sistemas de ensino disporão de 1 (um) ano, a partir da data de publicação desta Lei, para tomar as providências necessárias ao cumprimento de suas disposições";

CONSIDERANDO que a Lei de nº 13.935/2019 foi publicada na data de 12 de dezembro de 2019, restando configurado o decurso de prazo estabelecido no artigo 2º para que o sistema de ensino público implementasse o quanto estabelecido pela normativa;

CONSIDERANDO que no contexto escolar os profissionais de Psicologia e Serviço Social contribuirão significativamente no desenvolvimento de ações para a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem com a participação da comunidade escolar, mediante a realização de mediação das relações sociais e institucionais, possibilitando a cooperação de uma visão ampla das questões social;

CONSIDERANDO que, até a presente data, o Município de Pedro Gomes não cumpriu as determinações constantes na Lei n. 13.935/2019;

CONSIDERANDO, por fim, que os agentes públicos devem obrigatoriamente velar pela observância dos princípios constitucionais regentes da Administração Pública esculpidos no artigo 37 da CF/1988, quais sejam a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência;

CONSIDERANDO que a Resolução 015/2007/PJ dispõe em seu artigo 5º que *"a recomendação é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social"*; e

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 2º, §4º, da Resolução nº 3/2021-CPJ, de 31 de maio de 2021, *"O membro do Ministério Público promoverá, sempre que possível, antes da propositura de eventual ação civil pública por ato de improbidade, a solução consensual do conflito, consignando nos autos, de forma motivada, sua tentativa, sua impossibilidade ou seu não cabimento"*,



RECOMENDA ao Excelentíssimo Prefeito Municipal de Pedro Gomes, Sr. William Luiz Fontoura:

a) Que cumpra, em sua integralidade, o estabelecido na Lei 13.925/2019, a qual dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação, preferencialmente através da convocação de candidatos aprovados no concurso público; e

b) Que informe ao Ministério Público acerca do quantitativo de cargos e serviços de psicologia e serviço social que serão criados para a composição de equipes multiprofissionais, no prazo de 30 dias.

Nos termos do artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual 72/1994, do artigo 45, parágrafo único, da Resolução nº 15/2007/PGJ, do art. 27, parágrafo único, IV, da Lei 8.625/93, bem como do artigo 4º da Resolução CNMP nº 164/2017, encaminhe-se a recomendação ao destinatário, requisitando-se que, no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhe resposta por escrito informando quais medidas foram e serão adotadas para o acolhimento da presente recomendação.

Adverte-se ao destinatário, desde já, que o não atendimento desta recomendação poderá ensejar medidas judiciais na seara cível e administrativa aos responsáveis, nos termos supra fundamentados e ações judiciais cabíveis contra o inerte, inclusive por eventual improbidade administrativa.

Encaminhe-se cópia da presente Recomendação, para fins de ciência, ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude e ao GEDUC.

Encaminhe-se cópia da presente Recomendação para fins de publicação no Diário Oficial do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (DOMP-MS).

Às providências.

Pedro Gomes/MS, 19 de maio de 2023.

THIAGO BARILE GALVÃO DE FRANÇA
Promotor de Justiça

PORTO MURTINHO

EDITAL N. 0012/2023/PJ/PTM

A Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Murtinho, torna pública a instauração do Inquérito Civil, abaixo especificado, para conhecimento de terceiros interessados no oferecimento de elementos de informação, o qual encontra-se registrado no sistema SAJ/MP, e pode ser integralmente acessado no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e também encontra-se à disposição de quem interessar na Rua 13 de Maio, 444, Edifício do Fórum, em Porto Murtinho.

Inquérito Civil n. 06.2023.00000432-7

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Sidney Aparecido Bomba

Assunto: Apurar eventual exploração de vegetação nativa, sem a autorização ambiental, fato ocorrido na Fazenda Nossa Senhora Aparecida, localizada neste Município.

Porto Murtinho, 17 de maio de 2023.

WILLIAM MARRA SILVA JÚNIOR
Promotor de Justiça em Substituição Legal